



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: TRAJETÓRIAS UNIVERSITÁRIAS DE ESTUDANTES DA FAVELA DA MARÉ/RJ

Amanda Gonçalves da Silva 1; Adrielly Ribas Moraes 2; Orientadora: Hustana Maria Vargas

Universidade Federal Fluminense amandags@id.uff.br 1

Universidade Federal Fluminense drielellyribasmoraes@hotmail.com 2

INTRODUÇÃO

Estudos recentes mostram mudanças no cenário da educação superior após a implementação do Novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹ e do Sistema de Seleção Unificada (SiSU)² como política pública de acesso às universidades públicas. Cabe salientar, que nem todas as universidades públicas brasileiras aderiram o ENEM como forma de ingresso. A taxa de adesão aconteceu da seguinte forma: 2010, 56,44% das universidades públicas; em 2011, 83,17; em 2012, 91,09% e em 2013, 97,03%.(Inep, 2012)³.

Essas novas políticas surgem para acompanhar outras já existentes no que diz respeito ao acesso à universidade, como o Programa Universidade para Todos (ProUni)⁴, que destina bolsas de 50% e 100% em instituições particulares para aquele que não possuem diploma de curso superior e que realizaram o ENEM no ano da inscrição (MEC, 2015) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁵ em instituições particulares; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)⁶ e a “Lei de Cotas” (Lei nº 12.711, de agosto de 2012; Decreto

¹ O ENEM foi criado no ano de 1998 com objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes aos concluírem o ensino médio. Em 2008 foi reformulado e em 2009 começa a ser utilizado como forma de seleção para o ingresso no ensino superior – privado - através da reserva de vagas. Em 2010 o Ministério da Educação (MEC) anuncia o ENEM como processo seletivo para ingresso em universidades públicas e o (SiSU). Ocorrendo mudança no modelo do exame. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>

² “SiSU é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatas participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).” Fonte: <http://www.sisu.mec.gov.br/>

³ Fonte: <http://portal.inep.gov.br/>

⁴ ProUni Lei nº 11.096 de 2005. Fonte: <http://siteprouni.mec.gov.br/index.php>

⁵ O FIES foi criado em 1999 e ampliado em 2010 através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). “É um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes, com avaliações positiva, matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001.” Fonte: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>

⁶ O Reuni, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, “pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. O Reuni foi instituído



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

7.824 de 11/10/2012), que determina que as universidades federais adotem cotas para egressos de escola pública que combinem critérios cor/etnia (pretos, pardos e indígenas) e sociais (renda familiar), em instituições federais⁷. No âmbito das universidades estaduais a Lei nº 5346, de 11 de dezembro de 2008⁸ prevê no período de 10 anos cotas para ingresso em instituições estaduais que sejam indígenas; alunos da rede pública de ensino; pessoas portadoras de deficiência, nos termos da legislação em vigor; filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço, que preencham os critérios socioeconômicos.

Desse modo o presente trabalho pretende abordar a influência dessas políticas no acesso dos/as universitários/as do Complexo da Maré⁹ em instituições públicas¹⁰ do Rio de Janeiro. Além de analisar as influências do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)¹¹ no que diz respeito a permanências dos estudantes matriculados em instituições federais, não deixando de destacar, também, as políticas públicas de permanência dos alunos matriculados em instituições estaduais. A temática do acesso ao ensino superior, por estudantes provenientes do Complexo da

pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).” Fonte: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>

⁷“ A Lei de Cotas destina 50% das vagas das universidades federais para estudantes provenientes de escolas públicas e dentre estas vagas reservadas, uma porcentagem caberá estudantes de acordo com a renda familiar e a outra a estudantes pretos, pardos e indígenas. A lei será implementada de forma gradual e as instituições federais poderão utilizar para seleção dos alunos ou a nota do ENEM ou de seu processo seletivo tradicional” (ANDRADE, 2014. P.2)

⁸ Lei de Cotas para instituições estaduais do Rio de Janeiro. Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/1b96527e90c0548083257520005c15df?OpenDocument>

⁹ O Complexo da Maré está localizado no subúrbio do Rio de Janeiro, próxima aos bairros do Caju, Ramos, Bonsucesso e Penha; entre vias importantes do Rio de Janeiro: Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela. É constituído por 16 favelas. O Complexo da Maré está dividido entre 3 facções e milícia, atualmente algumas das comunidades possui a ocupação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A Lei Municipal nº 2119 de 19/01/1994 revogada no governo do ex-prefeito Cesar Maia determinou a “criação do bairro Maré”. Porém a Maré, segundo o IBGE (2010), classifica região como, aglomerado subnormais, pois não possui as condições mínimas de educação, saneamento básico, segurança, habitação, dos demais bairros do Rio de Janeiro.

¹⁰ Atualmente o Rio de Janeiro possui as seguintes universidades públicas federais e estaduais: Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO).

¹¹ PNAES, Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010), “apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.” Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Maré, já se fazia presente na década de 80 e 90 quando não tínhamos políticas públicas expressivas que pleiteassem o acesso e permanência de indivíduos oriundos de camadas populares.

Contemporaneamente, uma parcela da juventude da Maré, como os jovens das décadas passadas, busca o acesso às universidades públicas através do vestibular¹² e do SiSU e em instituições particulares através do ProUni e FIES. Com o intuito de delimitar os objetivos dessa pesquisa, o presente trabalho pretende abordar a trajetória de vida dos universitários (as) moradores (as) da Maré, provenientes de instituições públicas, que ainda estejam cursando a faculdade e identificar: o processo de ingresso à universidade, através da trajetória de vida, assim como permanência na mesma; se as políticas públicas existentes atualmente auxiliaram no acesso e se auxiliam na permanência na universidade. Entendemos que falar sobre universitários (as) de camadas populares se faz importante para compreendermos se as políticas públicas direcionadas a esse público realmente são eficazes.

METODOLOGIA

Como metodologia para este trabalho, realizaremos uma pesquisa quantitativa e qualitativa que será organizada da seguinte forma: 1) levantamento, junto aos cursos pré-vestibulares da Maré, do contingente de alunos aprovados em instituições públicas nos últimos 8 anos¹³; 2) formulário – que será disponibilizado em redes sociais da Maré para que possamos traçar o perfil desses universitários - com questões socioeconômicas, sobre o curso, a universidade que estudam; entrevistas de forma semiestruturadas - com os universitários¹⁴ que mostrarem interesse e disponibilidade, através de perguntas do formulário, de realizarem a entrevista-, possibilitando assim flexibilidade para modificar e ampliar as perguntas de acordo com o decorrer da conversa; 3) pesquisa de dados nacionais em sites do Inep, IBGE, Instituto Pereira Passos. Além do aporte

¹² Atualmente a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), são as únicas instituições do Rio de Janeiro que utilizam o vestibular como processo seletivo isolado. A Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO) e o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) utilizam o ENEM e o vestibular como formas de ingresso. As demais instituições utilizam apenas o ENEM como forma de ingresso.

¹³ Nosso intuito é confrontar o contingente de aprovados antes da implementação das políticas públicas aqui já citadas e após a promulgação e implementação das mesmas, mas discutiremos se houve/há ou não uma real democratização no acesso, permanência e conclusão do curso superior para aqueles oriundos de classes populares, em especial do complexo de favelas da Maré.

¹⁴ Preferencialmente que foram aprovados nos últimos 4 anos para realizarmos uma análise mais recentes das políticas públicas existente.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

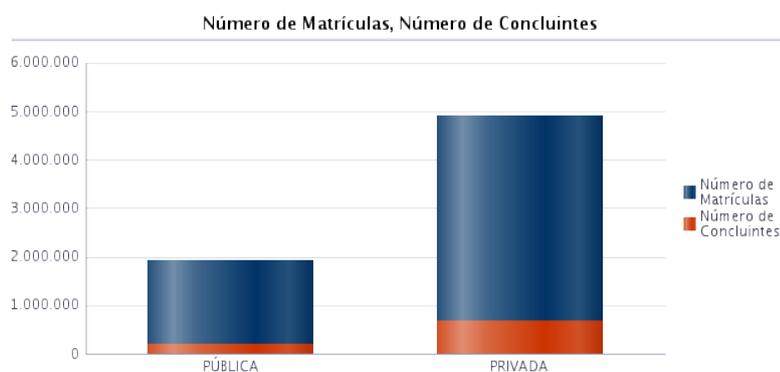
teórico com autores que discutem políticas públicas de democratização do acesso, permanência e conclusão no ensino superior por classes populares; história das universidades no Brasil.

Resultados e Discussão

A educação superior no Brasil, mesmo antes da criação das universidades, atendia unicamente a elite brasileira, onde apenas os cidadãos economicamente favorecidos tinham a possibilidade de realizarem cursos superiores principalmente na Europa e escolas/academias superiores do Brasil. Zago (2006) nos lembra que a universidade pública expandiu-se no período de 1930 a 1970, entretanto essa expansão não beneficiou as camadas populares que dependem do ensino público. Houve um aumento na expansão de vagas nas universidades públicas, entretanto um aumento maior ocorreu nas instituições particulares de ensino. (p.228)

A ampliação no número de vagas foi considerável nos últimos, mas sua polarização no ensino pago não reduziu as desigualdades entre grupos sociais. (...) Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino. (ZAGO, 2006. P.6)

As reflexões expostas pela autora há quase 10 anos atrás, nos alerta para dois fenômenos ainda presentes nos dias atuais: a expansão do ensino privado em detrimento do público e a democratização do ensino público em todos os níveis. Dados do Inep (2012) nos mostram um significativo aumento no número de vagas nas instituições públicas e particulares, ficando esta segunda com o maior índice de matrículas e conclusões em cursos superiores.



Fonte: Inep (2012)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Esses dados nos fazem refletir se as políticas públicas de acesso e permanência correspondem a uma real democratização ou massificação no ingresso em universidades públicas. Apenas o aumento no número de vagas, sem garantir a permanência e a conclusão, gera uma massificação no ingresso sem a garantia de sucesso.

É inegável dizer que a realidade social e econômica de indivíduos ricos e de pobres é extremamente diferente, o que influencia eventualmente no acesso a um curso superior. Para Leite e Morosini (1992), “as universidades, especialmente as públicas, mantêm-se como redutos elitistas, onde ingressam jovens de estratos sociais diferenciados (p.249).” Para os jovens moradores de comunidades essa realidade vem escrita no CEP, em suas histórias de vida.

Os estudos apontam a existência de uma elitização assimétrica no ingresso das instituições públicas de ensino. Os estudantes de camadas médias inferiores da população mudaram a composição da universidade; entretanto, isso ocorreu somente em algumas instituições e cursos. (CARRANO, 2000. p. 193)

Os universitários (as) da Maré como outros tantos jovens moradores (as) de comunidades sofrem com a exclusão social, o estigma de serem residentes de uma favela. E, para muitos, o acesso à universidade pode ser uma porta de entrada para transformações em suas vidas. Os universitários (as) mareenses que buscam acesso a universidades vêm crescendo com o passar dos anos. De acordo com o Censo Maré/2000 a população universitária da favela estava estimada em 1,6%, em 2008 esse número subiu para 4,8%.

. Entendemos que para que haja uma democratização de fato é necessário que os estudantes, provenientes de classes populares, sejam aparados durante o aceso, permanência e conclusão do curso superior. Por isso achamos necessário o estudo das políticas públicas de acesso e permanência, assim como também, a trajetória de vida desses universitários para compreendermos como e se essas políticas são eficazes.

CONCLUSÕES



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A presente pesquisa teve início no ano atual e encontrasse em andamento. Desse modo, resultados significativos ainda não podem ser expostos assim como também concluídos. Mas o que podemos perceber, até o momento, é um expressivo interesse do poder público em expandir o número de vagas do ensino superior público. Entretanto o número de matrículas em instituições privadas e o número de concluintes é muito superior. A meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024)¹⁵ prevê, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público até o fim de vigência do plano.

Entretanto o Senso da Educação Superior de 2012¹⁶ diz que atualmente, as matrículas públicas totalizam apenas 27%, enquanto as privadas totalizam 73% (PNE, 2014). A real democratização no acesso não pode ser realizada apenas de forma quantitativa, é necessário pleitear subsídios para os estudantes de classes populares acessem, permaneçam e concluem o ensino superior, assim contribuindo para um maior número de ingressantes e concluintes. Para que assim, quem sabe, a universidade pública seja um espaço de todos e para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Cibele Yhan de. Acesso e equidade no ensino superior no Brasil: a demanda e a oferta social. 38º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2014 Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9061&Itemid=456 Acesso em: 17/08/2015

CARRANO, Paulo César Rodrigues. Estudantes Universitários. In: SPOSITO, Marília Pontes (org.). *Juventude e escolarização* (1980-1998). Brasília: INEP/MEC, 2000, 317p. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espacovirtual/espacoleituras/WEBTECA/estado%20do%20conhecimento%20juventude%20e%20escolarizacao.pdf> Acesso em: 22/08/2015.

LEITE, Denise; MOROSINI, Marília. *Universidade no Brasil: a Ideia e a Prática*. Estante Pedagógica, Brasília, 1992.

Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/450/455>

Acesso em: 18/08/2015

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. Santa Catarina, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf> Acesso em: 17/08/2015

¹⁵ Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

¹⁶ Disponível em: <http://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>